

OS EFEITOS DA EXPANSÃO MONETÁRIA NA ECONOMIA NACIONAL ENTRE 2004 E 2015

Luiz Felipe de Melo Frota*
Leandro Lima de Castro**

RESUMO

O cenário vivido no Brasil nos últimos anos é paradoxal. Depois de um crescimento exponencial viveu-se uma queda vertiginosa em todos os indicadores econômicos; perda de emprego, diminuição do poder de compra, perda de competitividade da indústria nacional e perda de confiança em diversos segmentos. Esses efeitos se dão por conta da expansão monetária. O objetivo desse trabalho é analisar os efeitos dessa expansão na economia nacional entre os anos de 2004 e 2015. Pretende esclarecer suas consequências e mostrar seus efeitos na vida do cidadão e na indústria nacional. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisas bibliográficas e documentos referentes à área econômica, a área política e a história. O resultado central dessa análise deve ajudar no entendimento dos efeitos significativos do excesso de moeda no período, analisar o panorama nacional, fazendo uma relação entre os efeitos a curto e longo prazo dessa expansão e evidenciar que o pleno emprego, a curto prazo, pode transformar-se em queda do desenvolvimento nacional, diminuição da renda do cidadão e queda no nível do emprego a longo prazo. Esse trabalho também visa mostrar o quanto importantes são as leis de mercado e como drástico pode transgredi-las.

Palavras-chave: Expansão monetária. Emprego. Poder de compra. Indústria Nacional.

ABSTRACT

The scenario lived in Brazil in recent years is paradoxical. After an exponential growth lived a vertiginous fall in all the economic indicators; Loss of employment, decreased purchasing power, loss of competitiveness of the national industry and loss of confidence in various segments. These effects are due to monetary expansion. The objective of this work is to analyze the effects of this expansion in the national economy between the years of 2004 and 2015. It aims to clarify its consequences and show its effects on the life of the citizen and the national industry. The methodology used is based on bibliographical research on documents related to economics, the political area and history. The central result of this analysis should help in understanding the significant effects of excess currency in the period, analyzing the national panorama, linking the short- and long-term effects of this expansion and showing that full employment in the short term can transform Declining national development, lowering the income of the citizen and dropping the level of long-term employment. This paper also aims to show just how important the market laws are and how drastic it can transgress them.

KEYWORD: Monetary expansion. Employment. Power of purchase. National industry.

* Professor Orientador. Graduado em Administração, pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Pós Graduado em Metodologia do Ensino à Docência Superior, pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO, Mestre em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

** Pós-Graduando do Curso de MBA Gestão de Finanças, Controladoria e Auditoria da UNINORTE.

1 INTRODUÇÃO

O artigo traz uma análise da Política Econômica nacional aplicada entre os anos de 2004 e de 2015. Mostra as consequências da expansão monetária na vida do cidadão e seus efeitos na indústria nacional.

Segundo Villa (2013), o início do ano de 2003 foi repleto de grandes incertezas. O governo recém-eleito não oferecia substrato ideológico necessário para atrair investidores internacionais e os empresários conterrâneos também sentiam certa insegurança em relação a isso. No ano anterior, a campanha eleitoral deixou bastante clara a retórica socialista do chefe do poder executivo. Logo a desconfiança e o medo caíram por terra. Com políticas econômicas austeras, os ajustes foram feitos e crédito foi liberado e logo toda a economia nacional era movimentada pelo consumo.

Segundo Bastiat (2010), os efeitos de qualquer política econômica precisam ser observados em curto e longo prazo, “o que se vê e o que não se vê”.

As consequências da expansão monetária em curto prazo foram as melhores possíveis; aumento da confiança em todos os setores, aumento no nível de renda e no nível de emprego.

Já suas consequências em longo prazo não seguiram essa regra: alto nível de inflação, estagnação da produção nacional e o desemprego. Isso foi ficando cada vez mais evidente ao longo do período. A facilidade do crédito levou ao endividamento da população e queda no consumo, ato contínuo, a atividade industrial começou a cair, seguido pela forte queda do nível de emprego.

Esse trabalho justifica-se pela atualidade do assunto e pela investigação que faz das consequências desta expansão monetária. Será de grande valia para todos os setores da sociedade, pois trará luz sobre um assunto importante, mas pouco debatido entre brasileiros. Pois o conhecimento da situação atual do contexto socioeconômico nacional é fundamental para a compreensão de fatos ocorridos nesse período.

Esta pesquisa foi dividida em três partes: a primeira apresenta as medidas e ajustes adotados pelo governo para tentar controlar a economia e a retomada do crescimento. A segunda parte mostra os efeitos imediatos dessas medidas que pavimentaram a expansão monetária nos períodos seguintes e a terceira parte

mostra os efeitos dessa expansão em longo prazo na vida do cidadão e na indústria nacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Ministério da Fazenda é responsável por gerir toda a economia nacional. E sua principal autoridade é o Ministro da Fazenda. É dever desde Ministério utilizar políticas macroeconômicas para garantir alto nível de emprego, estabilidade no nível de preços, crescimento da produção e distribuição equitativa de renda. (TEBCHIRANI, 2006).

Segundo Fortuna (1996), objetivos fundamentais dessas políticas são: promover o desenvolvimento econômico, garantir o pleno emprego e sua estabilidade, equilibrar o volume financeiro das transações econômicas com o exterior, estabilidade de preço e controle da inflação, promover a distribuição de riqueza e das rendas.

Deve-se observar que questões referentes ao nível de emprego e à estabilidade dos preços são, segundo Tebchirani (2006), considerados questões conjunturais, de curto prazo. Enquanto questões referentes ao nível de produção e a distribuição de renda são questões estruturais, de longo prazo.

Essa visão de atuação governamental se deu no começo dos anos 1930, logo após a grande depressão americana, no final da década de 1920 e seu criador foi o economista britânico John Maynard Keynes, em sua obra: Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro, publicada nos anos 30. Todo o pensamento macroeconômico atual se baseia nessa obra. Em suma, o governo deve atuar na atividade produtiva (oferta agregada) e sobre as despesas planejadas pela sociedade (demanda agregada).

É fundamental entender como atua cada política macroeconômica. “A política monetária pode ser definida como o controle da oferta da moeda e das taxas de juros que garantem a liquidez ideal da cada momento econômico” (FORTUNA, 1996, p. 37). É o controle da moeda, do crédito e da taxa de juros.

O executor dessa política é o Banco Central e os instrumentos clássicos são depósito compulsório; redesconto ou empréstimo de liquidez; mercado aberto; controle e seleção de crédito.

Depósito compulsório são recolhimentos obrigatórios de recursos que as instituições financeiras fazem ao Banco Central (BACEN, 2016). Segundo Fortuna (1996), o depósito compulsório regula o multiplicador bancário, imobilizando, de acordo com a taxa de recolhimento de reserva obrigatória fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Ele obriga os bancos a depositar parte de seus recursos captados dos clientes. São depósitos que os bancos são obrigados a fazer no Banco Central. Quanto maior o percentual de depósito, menor o número de recursos disponíveis para empréstimos aos clientes.

Outra ferramenta importante da política monetária é o redesconto ou empréstimo de liquidez. Segundo Fortuna (1996), redesconto é o socorro que o Banco Central fornece aos bancos para atender suas necessidades momentâneas de caixa a curtíssimo prazo. É a última linha de atendimento as furos de caixa dessas instituições. Para expandir a liquidez corrente as taxas de juros do redesconto são deduzidas, os prazos de resgate são aumentados, os limites operacionais são aumentados.

“As operações de mercado aberto (*Open Market*) são o mais ágil instrumento de política monetária de que dispõe o Banco Central” (FORTUNA, 1996, p.38). É quando o Banco Central negocia e trata do resgate e da colocação de títulos da dívida pública.

O controle e a seleção de crédito é o instrumento que impõe controles diretos sobre o volume e o preço do crédito. A gestão do crédito pode ser feita por: Controle da taxa de juros; controle do volume e do destino do crédito; fixação de limites e condições de crédito. Essa medida pode se estender a demais instituições financeiras não bancárias.

Ainda observando o aspecto com contingenciamento de crédito, o controle da taxa de juros, segundo Tebchirani (2006), é o mais importante e efetivo mecanismo para conter aos efeitos inflacionários da expansão monetária. É a principal medida de contenção a curto prazo. A taxa básica de juros utilizada na economia nacional é a Selic (Sistema Especial de Liquidação de Custódia) e é estabelecida pelo Copom (Comitê de Política Monetária). Além de ser utilizada para a liquidação de títulos públicos, também é utilizada para controlar o nível de inflação de preços, que é o contínuo, persistente e generalizado aumento de preços (ECONOMIABR, 2016). Segundo Mises (2009), inflação é a queda progressiva do poder de compra da unidade monetária e a correspondente elevação dos preços. É o aumento na

quantidade de dinheiro e de crédito criado em decorrência dessa criação adicional de dinheiro (HAZLITT, 2013). Segundo Narloch (2016), é quando a economia fica inflada, graças ao excesso de liquidez.

O efeito inflacionário se dá por conta da expansão monetária gerada pelo aumento do crédito e pela elevação do nível de salários acima no nível de produção. O principal índice para mensurar o nível inflação é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Para Keynes (1970), a inflação é o principal fator de garantia de pleno emprego. É o equilíbrio entre atividade produtiva e renda. Mas nunca deve-se esquecer que, Segundo Bastiat (2010), o sucesso da análise da perspectiva econômica está em entender a relação entre o que se vê e o que não se vê. O efeito imediato de políticas inflacionárias é o pleno emprego e o aumento da atividade produtiva, mas seus resultados posteriores se mostram completamente opostos.

3 O AJUSTE ORTODOXO NA ECONOMIA NACIONAL

Governo Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, trouxe várias incertezas para os mercados. O presidente eleito era membro de um partido claramente socialista. A “Carta ao povo brasileiro” de junho 2012, decisiva para a eleição de Lula, era clara evidência de que o PT estava disposto a “abandonar o velho discurso socialista das antigas campanhas e o compromisso de manter a estabilidade econômico-financeira” (VILLA, 2013). Essa aliança efetuada desde o início da campanha eleitoral foi confirmada com a nomeação de ministros confiáveis a investidores nacionais e estrangeiros. A equipe financeira era composta por membros da equipe do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e tinha como membros: Henrique Meirelles, Joaquim Levi, Marcos Lisboa, Murilo Portugal, Alexandre Schwartzman, Ilan Goldfajn e Afonso Beliláqua, todos liderados por Antônio Palocci, que segundo Roque (2016) “era visto com um entusiasta da ortodoxia econômica”.

O ano de 2003 foi de ajustes. No ano anterior, houve uma enorme fuga de capitais e o dólar foi a quase R\$ 4,00 e o IPCA, por causa da disparada do câmbio, fechou em 12,5%

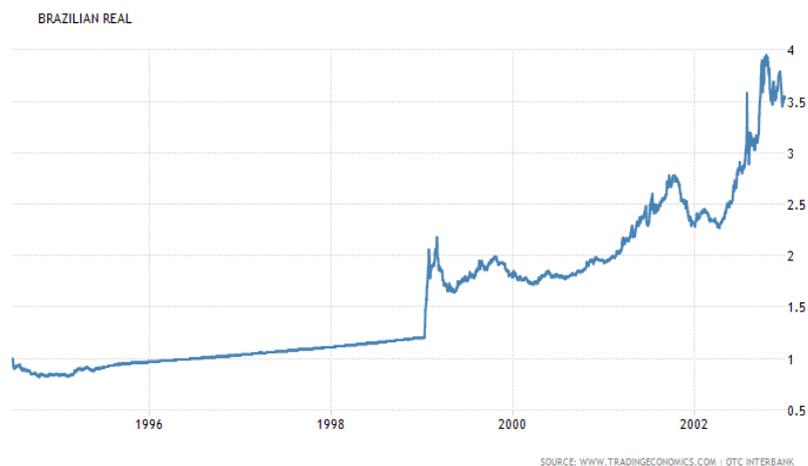


Figura 1 – Elevação do Dolar em 2002

Fonte: Tradinding Economics www.tradingeconomichs.com | OTC INTERBAN



Figura 2 – IPCA. 2002

Fonte: Tradinding Economics www.tradingeconomichs.com | OTC INTERBAN

No ano seguinte, visando contornar a situação delicada, a equipe econômica fez um ajuste brutal. Para conter o IPCA, a taxa SELIC foi elevada para 26,50% (BACEN, 2016). O primeiro semestre de 2003 foi o período de maior alta da taxa SELIC, o consumo caiu 11% e o desemprego foi para 13%.



Figura 3 – Consumo. Primeiro semestre 2002
 Fonte: Tradinding Economics www.tradingeconomichs.com | OTC INTERBAN



Figura 4 – Desemprego. Primeiro semestre 2003
 Fonte: Tradinding Economics www.tradingeconomichs.com | OTC INTERBAN

Esses ajustes geraram otimismo para especuladores, investidores, empresários e consumidores. Isso fez com que a inflação acumulada em 12 meses caísse de 17% para 5,2% em um ano, sendo a menor desde 1999 (IBGE, 2016). Esse cenário favorável gerou a confiança necessária para a retomada do crescimento.

3.1 Retomada do crescimento

Um dos principais fenômenos dessa evidente e pujante estabilidade econômica foi a disparada do crédito. O contexto era completamente favorável. A procura chinesa por nossas commodities, o envolvimento norte americano nas guerras do Afeganistão e Iraque, o contexto mundial era completamente favorável. “O crédito disparou porque o nível de confiança aumentou” (ROQUE, 2016), fazendo com que consumidores passassem a consumir mais e empresários voltassem a investir. Foi a maior expansão de crédito da história do plano real.

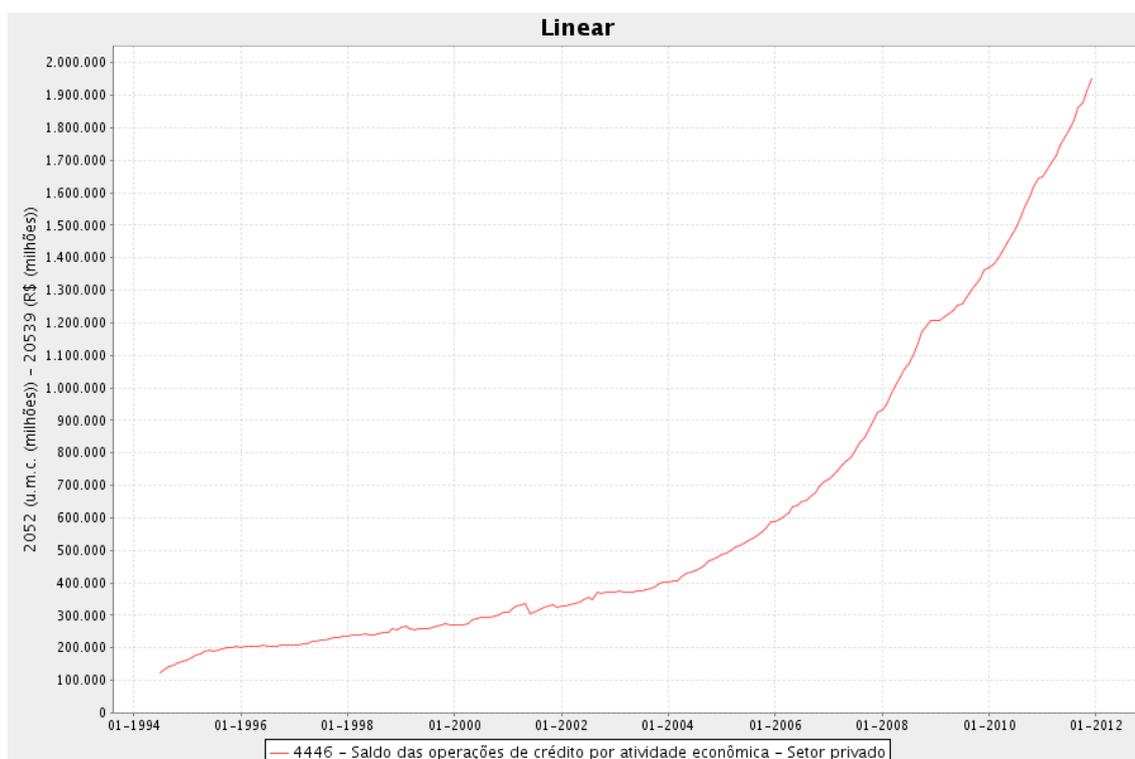


Figura 5 – Aumento Crédito. Plano Real
Fonte: Roque (2016)

Nota-se que a partir de 2004, houve um aumento exponencial na quantidade de dinheiro que os bancos (privados e públicos) injetaram na economia nacional. A partir do mesmo período percebeu-se o início da queda da taxa básica de juros SELIC, que no período de 2004-2011 caiu de 26,50% para 8,75% (BACEN, 2016).

Vivia-se o pleno emprego. De 2004 até 2012 o número de ocupados aumentou 26%, o número de pessoas ativas cresceu 17% (IBGE, 2016).

3.2 Efeitos posteriores da expansão monetária

Segundo Bastiat (2010), o sucesso do trabalho do economista está em entender a relação entre “o que se vê e o que não se vê”. Toda a atividade econômica produz feitos a curto e a longo prazo. Geralmente, medidas que causam bem-estar momentâneo (é que se vê), causam resultados desconfortáveis a médio e longo prazo (é o que não se vê) e medidas austeras e desconfortáveis (é o que se vê), causam bem-estar a médio e longo prazo (é o que não se vê). Observa-se essa relação no ano de 2003 em que medidas econômicas um pouco mais ortodoxas levaram ao crescimento nos períodos seguintes. Pode-se observar também o oposto, com a prática de medidas mais heterodoxas e seus feitos seguidos.

O Aumento exponencial de crédito injetado na economia nacional, de fato, nos levou ao crescimento econômico, ao pleno emprego, ao aumento na renda do cidadão, porém o mais importante foi negligenciado; seu efeito a longo prazo não foi levado em consideração pela equipe do governo.

3.2.1 Efeitos na vida do cidadão

Quando há uma injeção de liquidez na economia, “o poder de compra da unidade monetária diminui, e a quantidade de bens que pode ser adquirida com uma unidade desse dinheiro também diminui” (MISES, 2009, p. 61) e o efeito positivo dessa injeção inicial não é sentido uniformemente por toda a sociedade. Seu efeito é gradativo e sua pulverização é lenta. Quando o governo deliberadamente amplia o crédito, esse dinheiro não tem lastro em poupança e é criado, segundo Mises (2009, p. 67) “com uma penada”, por um simples decreto. Quando isso acontece, quem primeiro se beneficia desse simples decreto é quem se encontra no topo da sociedade; pessoas mais próximas ao governo e ao Estado recebem esse dinheiro injetado, sem lastro em poupança, de maneira imediata, antes dos demais membros da sociedade. Por outro lado, a quantidade de itens produzidos e comercializados permanece a mesma, mas existirá, agora, uma demanda adicional para esses mesmos produtos e o efeito disso é o aumento de preços, a inflação:

Mas, se o governo não busca, para esse fim, receita proveniente de impostos, se, ao contrário, recorre a dinheiro recém-impresso, conseqüentemente, algumas pessoas começam a ter mais dinheiro, enquanto todas as demais continuam a ter o mesmo que antes. Assim, as que receberam o dinheiro recém-impresso vão competir com aquelas que

eram compradoras anteriormente. E uma vez que não há maior número de mercadorias que antes, mas há mais dinheiro no mercado – e uma vez que há pessoas que podem agora comprar mais do que ontem – haverá uma demanda adicional para uma quantidade inalterada de bens. Consequentemente, os preços tenderão a subir (MISES, 2009, p. 63).

Os preços não se alteram na mesma medida e ao mesmo tempo. A carestia dos produtos, causada pelo excesso de liquidez na economia, é o fator que mais afeta a classe trabalhadora, pois causa a diminuição do salário real, ou seja, o que ganha já não é mais o suficiente para seu sustento e o sustento de sua família. Todas as medidas de contenção como: taxa de juros, depósitos compulsórios se mostram impotentes com o passar do tempo, segundo Mises (2009, p. 63, 64) “isso não pode ser evitado, seja qual for o uso que faça desse dinheiro recém emitido”, “essa tendência de elevação de preços se estabelecerá passo a passo”. Keynes (1970) cita que o aumento do nível de preços está diretamente ligado ao pleno emprego. Quando maior o nível de preços, maior o nível de emprego. Mas, nota-se, segundo Bastiat (2010) que deve-se analisar a relação entre o que se vê e o que não se vê; se por um lado existe o seu efeito imediato, o pleno emprego (o que se vê), existe também sua consequência futura, a diminuição gradativa do salário real do trabalhador (o que não se vê).

O gráfico abaixo mostra o aumento gradativo da inflação, a partir de 2006:



Figura 6 – Aumento do Percentual de Inflação.

Fonte: Tradinding Economics www.tradingeconomichs.com | OTC INTERBAN

Percebe-se uma forte oscilação no percentual de inflação, mas é inegável seu aumento gradativo. Isso significou queda nos ganhos reais do cidadão e essa queda leva a queda do padrão de vida e o aumento do endividamento. No período entre janeiro de 2005 até abril de 2015, o endividamento das famílias aumentou 46,20% (FROUFE, 2015).

3.2.2 Efeitos na indústria

Um dos maiores efeitos negativos do excesso liquidez na economia, como abordou-se no tópico acima é a desvalorização da unidade monetária. Segundo alguns economistas, essa desvalorização do câmbio estimula as exportações e as indústrias nacionais aumentam sua produção (ROQUE, 2015). No ano de 2015, tivemos a maior alta na balança comercial em quatro anos, fechada com um superávit de US\$ 19,69 bilhões, foi o melhor saldo desde 2011. Em 2016, na quarta semana de abril, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,035 bilhão, resultado de exportações no valor de US\$ 3,241 bilhões e importações de US\$ 2,206 bilhões. No mês, as exportações somam US\$ 11,573 bilhões e as importações, US\$ 7,990 bilhões, com saldo positivo de US\$ 3,583 bilhões. No ano, as exportações totalizam US\$ 52,146 bilhões e as importações, US\$ 40,175 bilhões, com saldo positivo de US\$ 11,971 bilhões (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, 2016).

Nota-se que, segundo Bastiat (2010), existe “o que se vê e o que não se vê”, números positivos na balança comercial é o que se vê. Em 2015 tivemos o melhor resultado na Balança desde 2011, mas também o pior número da indústria desde 2009 e isso é o que não se vê. Em comparação com junho de 2014, a produção industrial encolheu 3,2%. O setor de máquinas e equipamentos, importante indicador dos investimentos das empresas caiu, assim como produtos de informática (-12,7%) e veículos (-2,8%) (TEIXEIRA, 2015). Esse recuo acontece por conta do comportamento do cidadão. Fatores como o aumento do nível de desemprego e o aumento da taxa de juros, aumentam a insegurança da população. Isso gera uma reação em cadeia; pessoas compram menos, varejistas compram menos, atacadistas fazem menos encomendas e, conseqüentemente, fabricantes produzem menos, desencadeando no desemprego da indústria (ROQUE, 2015).

Percebe-se no gráfico abaixo, nos anos de 2006 e 2008 um forte crescimento na economia, o emprego no setor industrial cresce fortemente:

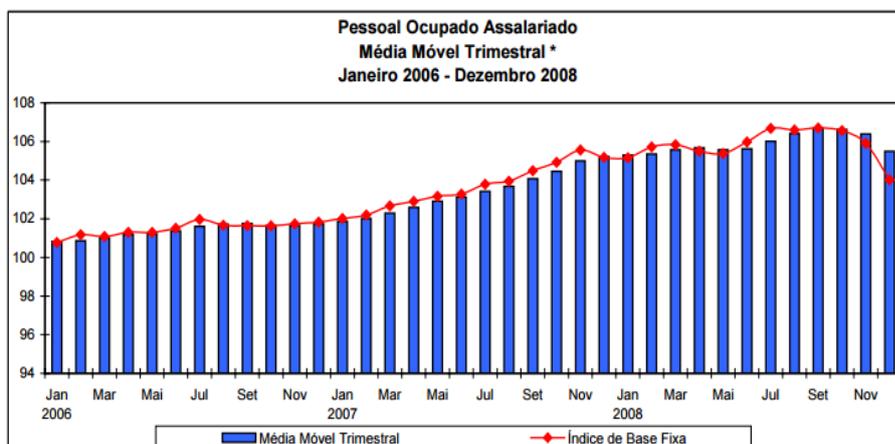


Figura 7 – Emprego Indústria 2006 a 2008.
 Fonte: Tradinding Economics www.tradingeconomichs.com | OTC INTERBAN

No gráfico seguinte, que vai de janeiro de 2009 até dezembro de 2011, há uma contração no ano de 2009, prontamente superada pelo forte crescimento de 2010:

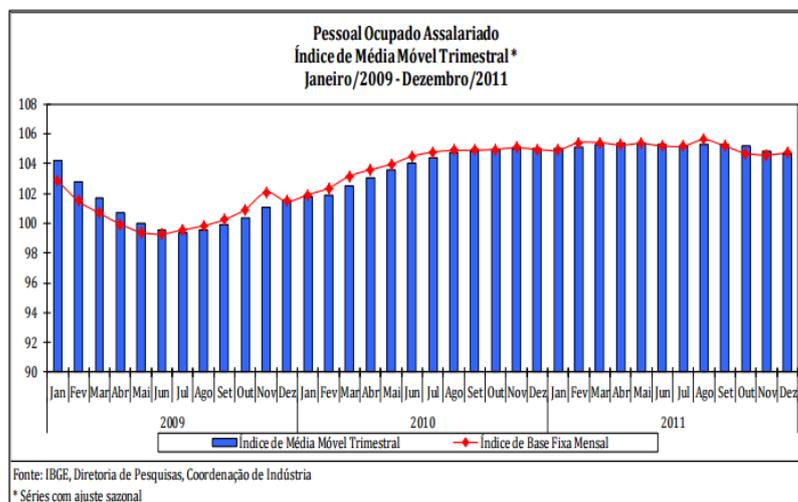


Figura 8 – Emprego Indústria 2009 a 2011.
 Fonte: Tradinding Economics www.tradingeconomichs.com | OTC INTERBAN

Finalmente, nesse terceiro gráfico, de janeiro de 2012 a junho de 2015, o emprego na indústria encolhe continuamente:

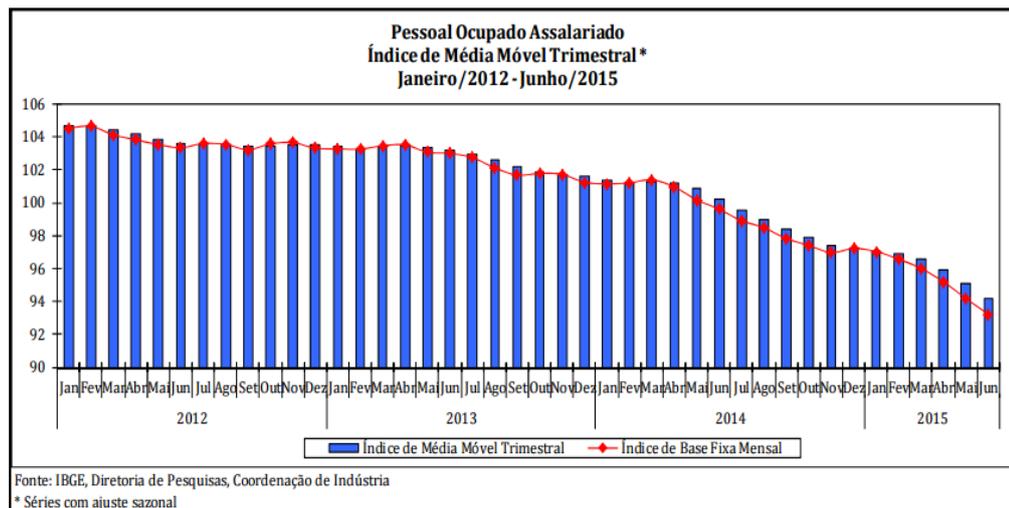


Figura 9 – Emprego Indústria 2012 a junho 2015.
 Fonte: Tradindng Economics www.tradingeconomichs.com | OTC INTERBAN

Nota-se outro ponto bastante interessante. Grandes indústrias exportadoras são também grandes importadoras. A maioria das máquinas utilizadas na indústria nacional são importadas e as peças para reposição também são importadas, commodities são precificadas em dólar e indústrias precisam de commodities para produzir. Para fabricar, com qualidade, seus bens exportáveis, eles têm que importar máquinas e matérias-primas das várias partes do mundo. Uma mineradora e uma siderúrgica têm de utilizar maquinário de ponta para fazer seus serviços. E elas também têm que de comprar, continuamente, peças de reposição. O mesmo vale para a indústria automotiva, que adicionalmente será prejudicada pela redução da oferta de aço no mercado interno, dado que agora mais aço está sendo exportado (ROQUE, 2015).

Se a desvalorização da moeda, causada pela expansão monetária, fizer com que os custos de produção aumentem - e irão aumentar - então o exportador não mais verá nenhuma vantagem competitiva no mercado internacional, haverá travamento na indústria e conseqüentemente, aumento no nível de desemprego.

4 METODOLOGIA

Segundo Jurema e Queiroz (2012), a metodologia é o caminho para o desenvolvimento da pesquisa. São as diretrizes utilizadas pelo pesquisador. Segundo Gil (1999) é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento.

A presente pesquisa, quanto ao método é hipotético dedutivo, no que diz respeito aos fins é descritiva, quando aos meios é bibliográfica.

Quando à sua natureza, a pesquisa caracteriza-se como básica, pois tem como objetivo gerar novos conhecimentos sem aplicação prática prevista.

Quanto à forma de abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa, pois traz informações que serão classificadas e analisadas.

No que diz respeito aos fins é descritiva, quando aos procedimentos técnicos é bibliográfica.

Escolhido o método, determinou-se a premissa geral da pesquisa: A expansão monetária trouxe várias complicações para a economia nacional e para a vida do cidadão.

E com base nessa premissa estabeleceram-se as premissas particulares:

- Vivemos em um país com programas de crédito para pessoa física e jurídica;
- O excesso de dinheiro circulando afeta todas as camadas da sociedade brasileira;
- A diminuição dos salários reais devido a inflação de preços.

Na pesquisa investigou *papers*, publicações científicas, periódicos e livros sobre economia; sistema monetário, agregados monetários, crédito, taxa de juros, inflação, e demais assuntos relacionados ao tema.

Foram pesquisados também trabalhos acadêmicos, publicações científicas, teses, relatórios e artigos constantes na *homepage* de instituições governamentais e privadas, nacionais e internacionais disponíveis na Rede Mundial de Computadores, desde que os autores e instituições tivessem conhecimento comprovado sobre o assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Políticas populistas, pautadas na retórica e sem planejamentos a longo prazo, podem ter resultados razoáveis. Certa estabilidade e crescimento imediato. Mas seus efeitos posteriores são devastadores. Percebe-se isso quando analisamos o contexto socioeconômico nacional, no período entre 2005 e 2015. Com efeitos imediatos da expansão monetária, tivemos o pleno emprego, aumento da renda e da capacidade produtiva. Mas como o modelo de desenvolvimento pautado no

consumo não se sustenta por um longo período, em menos de 10 anos, sofreu-se as consequências mais nefastas: a diminuição gradativa da renda, a queda da atividade industrial e níveis de desemprego altíssimos.

As medidas econômicas adotadas pelo governo fizeram o país apoiar-se no crédito e na fatura de moeda em circulação. Se essas medidas fossem acompanhadas de investimentos em infraestrutura e realmente direcionadas aos interesses do país, poderiam ter ocasionado um cenário diferente.

As várias intervenções do governo na economia e seu total desrespeito às leis de mercado marcaram esse período e suas consequências poderão demorar um largo período de tempo para serem superadas.

Percebeu-se através dessa pesquisa que políticas econômicas pautadas somente no consumo, com aumentos exponenciais de crédito, são pressuposto de crises posteriores. Notou-se claramente essa situação na crise dos *subprimes*, em 2008, nos Estados Unidos. As bases para essa crise foram plantadas nos anos 1990 quando o então presidente Bill Clinton reviveu a política de crédito irrestrito, criada nos anos 1970. Seus resultados ecoam até hoje nos continentes europeu e americano.

No contexto puramente nacional, o aumento dos gastos públicos e os aumentos excessivos da emissão de moeda e de crédito, fizeram com que a economia nacional tomasse um caminho pró-cíclico, impedindo que o governo tome as devidas providências em um momento agudo de crise, como nota-se atualmente. Será necessário que medidas austeras devam ser tomadas, para que a economia nacional volte a crescer e, só a partir desse ponto, os devidos ajustes estruturais devam ser feitos para que não se sofra novamente uma grave resseção. Nota-se que os primeiros ajustes já foram tomados. Com a criação da PEC 251/55 2016, que limita os gastos públicos por 20 anos, havendo possibilidade revisão em 10 anos.

Outro ponto importante, levantado na elaboração desse trabalho, foi que o aumento da quantidade de moeda na economia afeta diretamente o seu valor monetário. A principal lei econômica mostra-se implacável. Quanto maior a oferta de moeda e crédito, menor o seu preço e seu efeito direto é a queda do poder de compra do cidadão e perda de competitividade da indústria nacional.

5 REFERÊNCIAS

BASTIAT, Frédéric. **Frédéric Bastiat**. 2ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Operações de Créditos**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Fis/decic/bolconfin/Boletim_Consumo_e_Finan%C3%A7as4.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

_____. **Histórico das taxas de Juros**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

_____. **Depósitos Compulsórios**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%2012dep%C3%B3sitos%20compuls%C3%B3rios.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

BANCO POPULAR DO BRASIL. **O que é Crédito?**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,8900,8923,0,0,1,0.bb?codigoMenu=5415&codigoNoticia=8133>> . Acesso em: 27 de abril de 2016.

ECONOMIA BR. **Política Monetária**. Disponível em: <http://www.economiabr.net/economia/4_politica_monetaria.html>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

_____. **Inflação**. Disponível em: <http://www.economiabr.net/economia/4_inflacao.html>. Acesso em 27 de 2016.

ESTADÃO. **Entenda o depósito compulsório e como ele influencia a economia**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-o-deposito-compulsorio-e-como-ele-influencia-a-economia,102622e>> . Acesso em: 28 de abril de 2016.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 8.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Rio de Janeiro: Artenova S.A, 1977.

FROUFE, Célia. Endividamento das Famílias é o maior em 10 anos, diz Banco Central. **Estadão**. São Paulo, 15 de jun, 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,endividamento-das-familias-brasileiras-e-o-maior-em-10-anos--diz-bc,1706608>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAZLITT, Henry. O Básico sobre a Inflação. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1296>>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

HOLLENBECK, Frank; ROQUE, Leandro; TAMNY, John. Três consequências da desvalorização da Moeda – que muitos economistas se recusam a aceitar. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2175>>. Acesso em 28 de abril de 2016.

IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em 28 de abril de 2016.

_____. **Evolução do Emprego com Carteira de Trabalho Assinada**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Evolucao_emprego_carteira_trabalhoassinada.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Industrias_Extrativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_Industrial_Mensal_de_Emprego_e_Salario/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pimes_201507caderno.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2016

JUREMA, Jeferson. QUEIROZ, Wallace. **Metodologia Científica: Seu Conteúdo na Melhor Forma**. Manaus, Am: UEA, 2012.

KEYNES, John. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. 2ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança Comercial brasileira: Semanal**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=567>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

NARLOCH, Leandro. E se Homer Simpson fosse presidente do Brasil?. **Veja**. São Paulo, 28 jan. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/economia/e-se-homer-simpson-fosse-presidente-do-brasil/>>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

O CAIXA. **Sistemas Monetários**. Disponível em: <<http://www.ocaixa.com.br/artigos/sistemasmonetarios.htm>>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

POLÍTICA MONETÁRIA. **Agregados Monetários**. Disponível em: <<http://politicamonetaria.webnode.com.br/moeda/agregados-monetarios/>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

ROQUE, Leandro. O sistema bancário brasileiro e seus detalhes quase nunca mencionados. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1387>>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

ROSSI, Pedro. Como os governos controlam a inflação?. **G1**. São Paulo. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/inflacao-como-os-governos-controlam/platb/>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

TEBCHIRANI, Flávio. **Princípios de Economia**: micro e macro. Curitiba: Ibpex, 2006.

TEIXEIRA, Mônica. Produção Industrial cai e registra pior 1 semestre desde 2009. **G1**. Rio de Janeiro, 04 de ago, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/08/producao-industrial-cai-e-registra-pior-1-semestres-desde-2009.html>>. Acesso em: 28 de abril.

VEJA. **Economia**. Disponível em : <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/com-dilma-basil-pode-amargar-retracao-historica-em-dois-anos-seguidos>>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

VILLA, Marco Antônio. *Década Perdida: Dez anos de PT no Poder*. 1ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

VON MISES, Ludwig. **As Seis Lições**. 7ed. São Paulo: Instituto Von Mises Brasil, 2009.

ASSINATURAS DOS RESPONSÁVEIS

Acadêmico: Leandro Lima de Castro

Orientador: Professor Luiz Felipe de Melo Frota

Manaus/2017